

cescontexto

Escalas e Espaços

IX Edição do Congresso Ibérico

de Estudos Africanos – Volume III

Organização

Tiago Castela

Nº 20

Abril, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se as/os colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA) não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. A Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e a Clara Carvalho, e respetivas equipas, agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente a Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado e Alberto Pereira, assim como ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitas/os foram as/os que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todas/os, gostaríamos de referir especialmente o contributo de Romina Mello Laranjeira, de Carolina Peixoto, de Nuno Gonçalves, de Begoña Dorronsoro e de Carlos Nolasco. Um agradecimento especial a Inês Elias pela edição dos textos, assim como a Ana Raquel Matos, coordenadora da Cescontexto-Debates, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos/às colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Maria Paula Meneses (CES), Bruno Sena Martins (CES), Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa, e a oferta de livros à biblioteca do CES. O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan, igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto com as referências PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Tiago Castela

Introdução..... 6

Persistências e ruturas do *nomos* da ocupação Europeia

Ana Cristina Roque

Turning the Maputo river into a borderline: Amathongaland and the definition of the south Mozambique border (19th-20th Century) 9

Dário López Estévez

O papel da UA e do IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul: Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da cisão nacional..... 26

Luís Manuel Brás Bernardino

A Estratégia Marítima Integrada de África 2050: Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana..... 48

José Palmeira

Potencialidades do eixo Luanda-Brasília na segurança regional 68

Mario Lozano Alonso

Surgimiento y desarrollo de los primeros estados musulmanes en Etiopía antes del yihad de Aḥmad Gagn..... 76

Redes espaciais coloniais e pós-coloniais

Silvia Almenara Niebla

La construcción del movimiento estudiantil nigeriano: modelos de resistencia heredados y su impacto en el periodo postcolonial (1950-1980) 90

Beatriz Ródenas Cerezo

Cofradías Musulmanas en contexto migratorio: asociacionismos, agencia y género entre Senegaleses/as en Valencia 99

Olga Iglésias

Guerra e paz em Moçambique. O poder colonial e o impacto do Islão (séc. XX e XXI): Estudo de caso nas províncias de Tete e da Zambézia..... 109

Eurídice Monteiro e Katia Cardoso

Um arquipélago à deriva? Controvérsias sobre as relações externas de Cabo Verde e as eventuais derivações europeístas, africanistas ou atlantistas 131

Rik Apolo de Carvalho

Corrida ao mar? O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: o Caso de Cabo Verde..... 149

Eugénio Costa Almeida

O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional..... 179

Espaços do projeto do desenvolvimento pós-colonial

Pablo Muñoz González e Nicolás Pozo Serrano

Carlos Sempat Assadourian, la minería y la historiografía: El alcance de la transversalidad en las Ciencias Sociales 192

Fabrcio Dias da Rocha

“Outra vez não Vale a pena!” Um estudo de caso sobre a atuação dos megaprojetos de mineração em Moçambique e as reivindicações de participação cidadã feitas pelas comunidades afetadas..... 203

Lisandra Franco de Mendonça

Conservação da arquitectura e ambiente urbano modernos: O Jardim Tunduru em Maputo 214

Conservação da arquitectura e do ambiente urbano modernos: o jardim tunduru em maputo¹

Lisandra Franco de Mendonça,² Universidades de Coimbra (CES-III) e de Roma 'La Sapienza'
lisandramendonca@gmail.com

Resumo: O texto põe o enfoque no antigo Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura, peça estruturante na composição do espaço urbano, que acompanhou a transição da antiga vila de Lourenço Marques para a moderna cidade portuária, capital de província, nas últimas décadas do século XIX.

Atualmente, reconhecida a sua importância como conjunto urbano e paisagístico (ver Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro; Lage e Carrilho 2010; *Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduru* 2012 e *Plano Parcial de Urbanização de Maputo* 2014), quer pela sua antiguidade, quer pelo facto de se afirmar como o único jardim público no centro da cidade (Morais *et al.*, 2012: 80), é objeto de uma intervenção paisagística e arquitectónica abrangente. Não desmerecendo a necessidade de acudir a um espaço em constante metamorfose – com a manutenção corrente das espécies verdes, dos trilhos pavimentados, sistemas de captação, adução e distribuição de água, entre outros -, tornar-se-á evidente que a substituição dos vários elementos construídos e o aumento do volume edificado, ameaçam o equilíbrio visual do conjunto.

Como jardim histórico, produto e testemunho de formas de fazer e pensar humanos, o seu restauro deveria procurar a manutenção da boa leitura do documento e o usufruto sustentável do conjunto. Trata-se, afinal, de um repositório de cultura e de história - do saneamento da antiga vila, da permuta transnacional no campo da botânica e da arquitetura de jardins -, que pela sua importância tornou-se facilmente apropriável pelo poder, ao longo do tempo, para efeitos comemorativos - no IV Centenário da morte de Vasco da Gama (1924), na 1.ª visita presidencial à colónia (1939) e em coerência, no período pós-colonial, para a homenagem ao 1.º presidente, formalizada no monumento a Samora Moisés Machel (1933-1986), tendo suportado eficazmente apropriações sucessivas.

Palavras-chave: Maputo, Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura, Jardim Tunduru

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitetura e cidade nos PALOP’s: do moderno ao contemporâneo”.

² Doutoranda em 'Patrimónios de Influência Portuguesa' e em 'História e Restauro da Arquitetura' em regime de cotutela nas Universidades de Coimbra (CES-III) e de Roma 'La Sapienza'. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/ 73605/2010). Concluiu a especialização em 'Restauro dos Monumentos' na antiga Escola de Especialização em Restauro dos Monumentos da Universidade de Roma 'La Sapienza', com uma tese sobre restauro da arquitetura do vinténio mussoliniano: "Análise Histórica e Projeto de Restauro da Piscina Pênsil do Complexo do C.O.N.I., no Foro Itálico, Roma", sob a orientação do Professor Giovanni Carbonara (2001-2003) e a licenciatura em Arquitetura na Universidade do Porto em 1998. Desenvolveu atividade de projetista e no acompanhamento de obra desde 1996, autonomamente e em vários ateliers de arquitetura, em Portugal e em Itália. Desde 2010 desenvolve investigação sobre as particularidades (ideológicas, técnicas e materiais) inerentes à conservação da arquitetura e dos ambientes urbanos do século XX em contexto pós-colonial, com enfoque em Moçambique.

O Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura

1. O Jardim Botânico

O tema do jardim botânico serve de argumento à exploração do espaço não como um “receptáculo “natural” ou neutro para objetos, imagens ou atos, mas resultado de um processo que o produz como tal”, mais precisamente como lugar “onde a comunidade ergue (ou onde lhe são erguidos) símbolos, imagens, monumentos, memórias, nos quais se revê” (Verheij, 2011: 13-14).

Podemos genericamente identificá-lo como o “lugar” do espaço social, o espaço de relações e atos sociais; tem assim uma dimensão política na medida em que (re)distribui relações sociais implícitas neste espaço. [...] Se projetar a cidade é pensá-la politicamente, naquilo e naqueles que representa, são as disciplinas artísticas da cidade – arquitetura, escultura, as artes ditas decorativas, desenho urbano, urbanismo... – que dão uma forma concreta a este espaço. (*ibidem*, 15)

Como refere Edward Said,

We live of course in a world not only of commodities but also of representation, and representations – their production, circulation, history, and interpretation – are the very element of culture. (Said, 1994: 56)

2. Antecedentes

2.1. A Sociedade de Horticultura e Floricultura e a secção de Obras Públicas: o arranjo urbanístico e o saneamento da vila nas últimas décadas do século XIX

A ideia de um jardim para Lourenço Marques surgiu em 1885 com a Sociedade de Horticultura e Floricultura fundada nesse mesmo ano.³ O objetivo da Sociedade era a arborização do pântano que separava a povoação da terra firme (Fig. 1) e a execução de um jardim (Longle, 1887:20). Armando Longle, condutor de Obras Públicas na província e promotor da Sociedade, refere que a Sociedade pretendia “tratar de todos os assumptos relativos à cultura no Districto, como saneamento por meio de plantações, fixação de dunas, introdução de plantas industriaes e uteis que p[udessem], [...] produzir uma nova fonte de riqueza publica” (Longle, 22 de julho de 1887). Referia ainda, que os trabalhos da Sociedade em Lourenço Marques tinham “continuado e de tal maneira” que por essa altura, “as mattas de eucalyptos principia[va]m a cobrir terrenos outr’ora encherçados [sic] e milhares de arvores de varias qualidades t[inha]m sido introduzidas” (*ibidem*).

³ “Há pouco tempo que os moradores de Lourenço Marques, reunidos a convite do Sr. Augusto de Castilho, resolveram pedir ao governo um terreno, afim de nele criar um jardim. A subscrição aberta entre eles deu logo uma importância bastante elevada. O Governo de Lisboa consultado respondeu aprovando não só essa ideia, mas fazendo-a sua, e declarando que ele mesmo promoveria esse melhoramento sem recorrer á subscrição. Infelizmente as cousas não passaram d’aí e o jardim não se fazia. Tempo depois, quando recolheu a segunda expedição de estudos do caminho-de-ferro no Transval, foi novamente submetida a mesma proposta aos habitantes reunidos na residência do Governo. Devia chegar dentro em pouco, nomeado Governador-geral, o Sr. Augusto de Castilho, e era de presumir que não recusaria o seu apoio a uma instituição que ele mesmo tinha promovido enquanto deputado. Efetivamente, sendo decidida a criação do jardim, fizeram uma subscrição que foi bastante avultada, pois que muitos contribuíram com quantias não inferiores a dez libras; [...], e do governo provincial obtiveram uma verba de 450\$000 réis ao mesmo tempo que uma faixa de terreno suficiente.” (Longle, 1887: 27-28)

O saneamento da povoação era uma preocupação antiga, mas só com a chegada da expedição das Obras Públicas (em 7 de Março de 1877) se puderam ultimar trabalhos necessários a esse fim.⁴ A “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO, Planta da nova povoação, Projecto de esgôto do pantano, Progeto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, de 1878 (cf. Morais, 2001: 76) e o “PLANO do projectado esgoto e aterro, do PANTANO DE Lourenço Marques, por S. T. HALL, Dezembro 1886. Cópia de Augusto de Castilho. Escalla do Plano e Secção Horizontal 200 pés, vertical 10 pés” (AHM cota D1.03/2021), registam os primeiros traçados do esgoto do pântano, levado a cabo a partir de meados de 1877, e que se arrastou, com grandes dificuldades humanas, técnicas e orçamentais (cf. Machado, 1881: 31-32; 47-52) até às primeiras décadas do século XX (cf. Galvão, 1920:18-21). Um sofisticado sistema de valas guarda-mato, junto ao sopé “das colinas, passaram a recolher águas despejadas pelas nascentes e transportadas ao coletor central por valas de derivação, passaram a ser despejadas ao mar” (Lima, 1968: 48). O “Estudo do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques”, do engenheiro Cerdeira Soeiro – a cargo da expedição do Conselheiro Mariano de Carvalho⁵ –, descrevia bem a condição dos terrenos baixos nas imediações da povoação:⁶

Estes terrenos [do Maé] eram alagados pelas águas salgadas até à construção do dique marginal em que assenta o caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transval, e neles se acumulavam também as águas doces da encosta da zona alta, que, formando fontes no sopé, vinham misturar-se com as salgadas, originando um pântano misto de consequências bem perniciosas para a salubridade da população. (Soeiro, 1895: 5)

⁴ Nos anos imediatos à chegada da expedição das Obras Públicas, procederam-se a inúmeros estudos que interessavam o saneamento da povoação, nomeadamente, o levantamento da Planta de Lourenço Marques, o projeto de enxugamento do pântano do Maé, estudos do traçado do caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transval, entre outros, ver Machado, 1881: 44-45. As obras do caminho-de-ferro, permitiram enxugar uma área considerável a montante da povoação, cf. Soeiro, 1895: 5. A construção do “esgoto de pantanos” iniciou-se em 24-5-1877, segundo capítulo referente do “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1879, Obras Publicas da Provincia de Moçambique”. AHU, Moçambique Cx. 1387/1L.

⁵ Mariano Cirilo de Carvalho “Ministro de Estado honorário, antigo deputado da nação, lente da Escola Politécnica de Lisboa”, foi encarregado de, “na qualidade de comissário régio, fazer os estudos necessários nas Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique para a organização administrativa e económica do Ultramar”, decreto de 24.5.1890, publicado no Diário do Governo, de 27.5.1890, 1193.

A expedição de Mariano de Carvalho a Moçambique, teve “[...] em atividade três brigadas [...], uma no Ibo para estudo e pesquisas de carvão, outra em Inhambane para estudos agrícolas e outra em Lourenço Marques para estudo de saneamento e outros diversos assuntos, [...]” Manuel Moreira Feio, *O Popular*, 25.10.1905 cit. in Paixão, 1965: 4-5.

Para a composição da equipa de Mariano de Carvalho, em Moçambique, ver Borges (2011: 88).

⁶ Apesar do empenho nas obras de enxugamento e aterro da baixa do Maé, a área permaneceu, até à primeira década do século XX, com uma enorme superfície sem escoante, a uma cota inferior à do nível do mar (Longle, 1887: 14), onde as águas continuaram a acumular-se (Soeiro, 1895: 5). O custo implicado no saneamento de uma área daquela dimensão, obrigou a protelar sucessivamente o movimento de terras necessário para o realçamento da área, executado em empreitadas parciais. Segundo António Enes, em 1895, pouco “[...] se havia feito do lado do pântano do Maé, que, todavia, também já estava dividido em ruas e quarteirões... no papel-tela. O [...] casario particular da cidade, apesar da míngua de terreno, parou aquém, enfileirada à espera que a engenharia e a ciência financeira resolv[essem] o problema de secar, consolidar, sanificar alguns milhões de metros quadrados de lameiros pestilenciais com os recursos disponíveis de um município que t[inha] 80 contos de réis de receita anual, ou de uma província que costuma[va] ter centenas de contos de défice orçamental.” Ennes (1945: 33-34).

Conformada a uma pequena língua de areia, Lourenço Marques⁷ apresentava, no último quartel do século XIX, uma condição muito símile à do presídio da Beira, fundado por essa altura, na foz do rio Pungué, separado da terra firme pelas águas salobras do Chiveve.⁸

O Governo entregou à Sociedade de Arboricultura e Floricultura um terreno,⁹ às portas da vila, com uma superfície total de pouco mais de treze hectares, “confrontando pelo norte com a Estrada da Ponta Vermelha; sueste, com o Cemitério dos Mouros; sudoeste, com a vala do esgoto, e noroeste, com a avenida projetada pela dita sociedade” (Santos, 1943: 62). O terreno era todo alagado na parte inferior, “o que junto à grande quantidade de detritos vegetais, dava uma terra humosa, riquíssima”, mas na parte mais alta era seco e arenoso (Longle, 1887:28). Por volta de novembro de 1885, a Sociedade deu início às obras: o terreno foi delimitado por uma cerca, o mato decapado, e trataram de enxugar a parte alagada por meio de drenos “n’um comprimento total de mais de 200 metros” (Longle, 1887: 28). Escavaram, na parte mais baixa, um lago grande sobre o pântano, abriram ruas e principiaram as plantações, mas, uma vez que as obras tinham iniciado já em plena época das chuvas, “só na gestão seguinte, é que se formaram os primeiros viveiros” (Longle, 1887: 29).

⁷ Cf. “A Survey of DELAGOA BAY or Lorenzo Marques [...]”, Owen 1833 vol. I; e o levantamento de “Lourenço Marques, em 1876, Escala 1: 5000”, executado pelo engenheiro Richard Thomas Hall, AHM cota 2002/D.25.

⁸ Em 14 de Junho de 1884 foi decretada a criação do posto militar de Aruângua (também conhecido por Pungué), considerado a porta natural para a pretendida pacificação e ocupação do território interior centro de Moçambique, segundo proposta da Sociedade de Geografia de Lisboa ao ‘Governo da Nação’, ver Costa, 1940: 60 e 231.

A instalação do posto militar na “Ponta Chiveve” “no interior de uma pobre paliçada de paus e matope, nas terras desabitadas do Bangoé, só viria a dar-se em Agosto de 1887.” Fernandes, 2010: 510.

Em 1892, o posto foi declarado povoação urbana e concessionado, juntamente com o restante território de Manica e Sofala, à Companhia de Moçambique, cf. Costa, 1940: 60; 62 e 231.

Em 1893, por iniciativa do major de engenharia Joaquim José Machado, à época governador-geral da província de Moçambique, foi delineada a primeira planta da Beira. A Beira conformar-se-ia, tal como Lourenço Marques, a uma matriz regular ajustada à configuração do espaço disponível.

Ver também, Cianotipo da Beira, ca. 1886, de Alfredo Augusto Freire de Andrade, consultado em 10.7.2014, em http://grandmonde.blogspot.com/2006_12_01_archive.html; e a carta do “Reconhecimento hydrografico da foz do Pungue e do Buzio, com parte do curso deste rio: província de Moçambique: Costa Oriental d’Africa/Commissão de Cartographia; levantado em Novembro de 1890, pelo guarda marinha Guilherme Ivens Ferraz. - Escala [ca 1:66000], 6 milhas [marítimas] = [16,90 cm]. - [Lisboa]: C[ompanhi]a N[acion]al Editora, 1891”, BNP cota cc-44-v, consultada em 7.9.2014, em <http://purl.pt/1594/3/>.

⁹ “[...] pela portaria n.º 367, de 15 de Novembro de 1885, publicada no Boletim Oficial n.º 47, de 21 do mesmo mês e ano, firmada pelo Secretário Geral José Joaquim de Almeida, em nome do Governador geral, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de 10 de Outubro de 1865, foi dada a devida posse e feita entrega à Sociedade de Arboricultura e Floricultura do Distrito de Lourenço Marques de um terreno sito na “Machamba dos Soldados” e “Machamba do Governador”, que lhe foi concedido por portaria n.º 290, de 3 de Setembro do referido ano, com a superfície de 13 hectares, 87 ares e 15 centiares, [...]. Nesse terreno, foi, mais tarde, instalado o Jardim Público.” Santos, 1943: 62.



Figura 1. Extrato da “Carta de Lourenço Marques”, 1887, por J. Armando Longle (Longle 1887), S.G.L., fot. Carlos Ladeira. A carta assinala as obras de saneamento previstas: a cor salmão, os aterros, e a cor verde, a plantação de eucaliptos. Entre a Estrada da Ponta Vermelha e a povoação, assinalava-se o jardim da Sociedade, limitado a sul pela vala do esgoto que descarregava na orla da Machaquene.

Em meados de abril de 1886, em carta dirigida ao engenheiro Joaquim J. Machado, a Sociedade demandava plantas e sementes da Europa para o novo jardim (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, vol. 1, 2012: 3; ver também, Sousa, 1951: 59-60). "Afim de satisfazer a requisição do Director das Obras Públicas de Moçambique" foi preparado um "pequeno caixote com sementes [...]" de várias espécies¹⁰ (Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217). Armando Longle, requereu ainda ao Ministério do Ultramar, a atribuição de uma pequena verba à Sociedade, para esta poder continuar os trabalhos e ensaiar a cultura de "diversos productos" com "a introducção de outras plantas dos paizes mais perto do Cabo e Natal e a criação de novos viveiros", esperando constituir um exemplo para outros distritos de Moçambique (Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217). O parecer técnico do Ministério, face à pretensão de Armando Longle, lembrava "que os massiços de eucalyptos [...] plantados em Lourenço Marques sahiram dos viveiros do jardim, de maneira que não foram baldados os sacrificios de tempo e dinheiros" (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887). Elogiando a iniciativa da sociedade, sugeria-se que, para além das plantas que podiam ser enviadas de Portugal, seria "de toda a vantagem [pelo preço em conta das plantas, do frete e dos cuidados] a introducção de plantas da Colonia do Cabo,

¹⁰ A "Relação das sementes enviadas à Direção Geral do Ultramar", refere seis espécies de Eucalyptus (amygdalina, gunnii, falcata, globulus, goniocalyx, obliqua), Acacia melanoxylon e Juglans nigra (nogueira-preta). Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

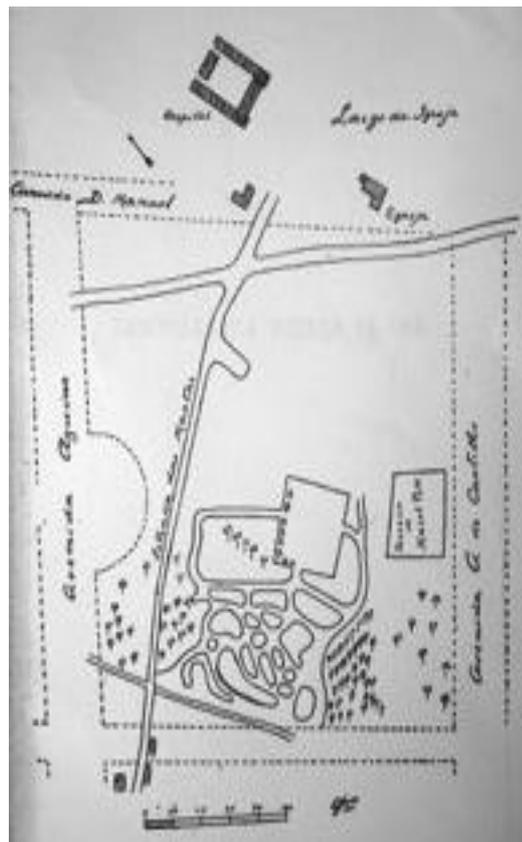
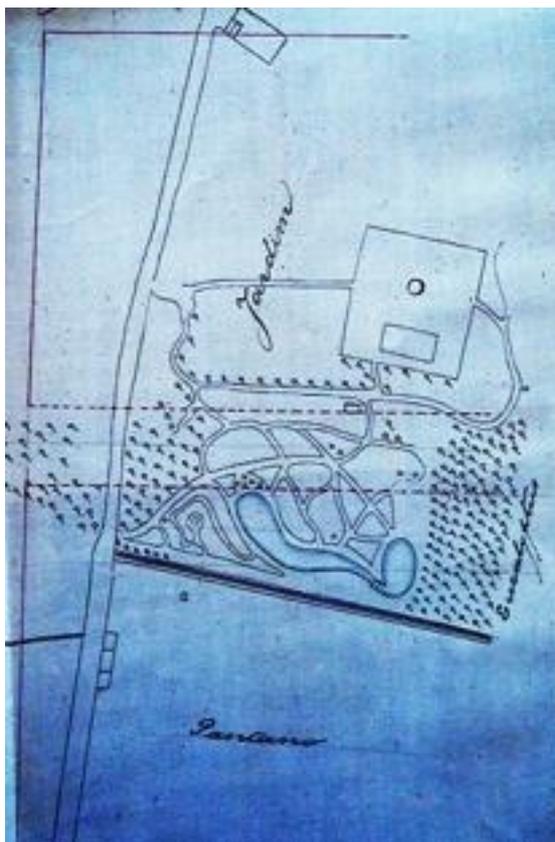
Port Elisabeth, Natal e Pietersmarisburg" (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887) e reconhecia-se que,

O melhor meio de se obter um resultado util e se proceder à introdução das plantas no paiz, era a sociedade do jardim poder dispôr de uma certa quantia mensal que lhe permittisse receber, conforme as estações, um certo numero de plantas da colonia visinha. [...] a fim de poder continuar desassombradamente no caminho seguido, introduzindo plantas novas, ensaiando culturas mais proprias ao clima, continuando a fornecer eucalyptos para o saneamento dos lugares paludosos. (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887)

A Sociedade preparou vários viveiros, com sementes e plantas de várias espécies e proveniências (cf. Longle, 1887: 39), e o jardim recebeu a primeira plantação, de uns duzentos pés, formando uma pequena mata com diversas espécies (Longle, 1887: 32). A Sociedade propôs então ao Governo do distrito e ao Município – proposta aceite –, fornecer-lhes até quatro mil pés de plantas por ano, prontas para “transplantar no terreno, e com altura não inferior a 0^m, 25, recebendo por cada 225rs” (Longle, 1887: 32). Foram preparados vários viveiros, em diferentes épocas do ano, e em pouco tempo a Sociedade pôde dispor milhares de pés. Os pés para transplante em redor da vila, foram entregues depois, pelo Governo do distrito e pelo Município, à Secção de Obras Públicas, para a plantação definitiva (Longle, 1887:31). Algumas espécies (e.g. a *casuarina tenuissima*) foram usadas para fixar as dunas situadas ao sul da vila e que, constantemente movidas pelo vento, iam obstruindo a estrada da Ponta Vermelha “ocasionando sérias e nunca acabadas despesas” (Longle, 1887: 37). Já para as áreas alagadas e paludosas serviu a plantação intensiva de eucaliptos.

Em pouco tempo, devido à grande influência da Sociedade e da repartição de Obras Públicas, os terrenos baixos da povoação receberam cerca de cinco mil pés de eucaliptos e nas imediações da Estação Telegráfica do Cabo Submarino, cerca de mil (Longle, 1887:33). A exemplo do jardim da Sociedade, outros viveiros de eucaliptos sugeriram em Lourenço Marques, incentivando a plantação da espécie, à semelhança do que acontecia nas planícies admiravelmente aculturadas pelos bóeres, além do Vaal (cf. Longle, 1887: 24-25). Muitos desses velhos exemplares podem ser observados ainda espalhados por Maputo, junto das antigas áreas alagadas da baixa de Machaquene – na área da antiga FACIM¹¹ –, ou no antigo parque José Cabral/Continuadores da Revolução, na Polana, onde também existiam pântanos (cf. *A Concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a “Delagoa Bay Lands Syndiccate, Limited”* 1953).

¹¹ A FACIM – Feira Agropecuária, comercial e industrial de Moçambique, foi inaugurada no dia 24 de julho de 1964, entre a antiga Av. da República/Av. 25 de Setembro e a frente de rio (Av. 10 de Novembro). No mesmo local foi preparada anteriormente a Exposição do Mundo Português, que recebeu a visita do General Óscar Carmona aquando da sua viagem oficial à então Colónia de Moçambique. O Restaurante Zambí - projetado por Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes (1925 -) - , e os edifícios que albergam parte do Ministério da Juventude e Desportos, faziam parte das instalações criadas para esse certame. A partir de 1971, FACIM passou a designar Feira Internacional de Lourenço Marques, atualmente designa Feira Internacional de Maputo. Cf. site da FACIM (<http://www.facim.org.mz>), consultado a 7.6.14.



Figuras 2 e 3. Extrato da "Planta da Avenida António Augusto de Aguiar, 29 d'agosto de 1887", 3.^a Repartição de Obras Públicas, assinada por José António de Araújo, (AHU, Moçambique, Cx. 1389); e desenho do "Jardim de Horticultura e Floricultura de Lourenço Marques", 1887 (Sousa 1951).

À composição orgânica do conjunto paisagístico, situado na zona de transição entre a parte alta e a parte baixa da cidade, impôs-se sucessivamente a moldura regular do quarteirão definido pelo 'Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques'¹² (1887-1895), truncada sucessivamente, a norte, pela diagonal que tomou o nome de Rua do Jardim (atual Rua do Hotel Clube). Nesse novo quarteirão, a norte, instalou-se o Hotel Clube¹³ (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano), iniciado em 1898, e já no final da década de 1960, a "Casa de Ferro"¹⁴ (atual Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura),

¹² "PROJECTO de AMPLIAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, Escala 1.2000, Dezembro 87", pelo major de engenharia "António José de Araújo, Director de Obras Públicas de Lourenço Marques" (AHM, cota D1.02/2020). O anteprojeto do plano de ampliação, concluído em dezembro de 1887 (Longle, 1887: 12), foi aprovado pela portaria n.º 598, de 1 de dezembro de 1892, do Governado-Geral Rafael de Andrade (cf. Boletim Oficial de Moçambique, n.º 49, 3.12.1892). Antes de essa data conhecem-se vários outros planos de urbanização, que não chegaram a ser aplicados na íntegra ou simplesmente não passaram do papel, cf. Viana, 2008: 145. Sobre os vários planos de urbanização para Lourenço Marques precedentes, ver Morais, 2001: 74 ss.; Fernandes, 2005: 26 ss.; Fernandes, 2010: 554 e Viana, 2008: 145 ss. Para uma descrição do "Projecto de ampliação", de 1887, a sua implantação no terreno e a comparação com planos de urbanização contemporâneos implementados nos restantes territórios africanos sob a tutela portuguesa, ver Morais, 2001: 85 ss. e Fernandes, 2010: 554 ss.

¹³ Sobre este edifício, ver Lage e Carrilho, 2010: 20-21.

¹⁴ Sobre este edifício, ver Lage e Carrilho, 2010: 76-77.

"demonstrando um sentido de articulação e continuidade paisagística com o Jardim" (Morais *et al.*, 2012:80). Segundo Morais, "No anteprojecto elaborado pelo serviço de Urbanização Colonial, o Jardim passaria a ocupar também a área compreendida entre a Rua de Henrique de Sousa [atual Rua do Hotel Clube] e a Avenida de Samora Machel" (Morais *et al.*, 2012: 55), tendo-se inclusivamente projetado "uma biblioteca pública no plano marginal com a Praça de Mouzinho de Albuquerque, que pressupunha a demolição do Hotel Clube [...]" (*ibidem*: 80), o que não chegou a concretizar-se.

O jardim, avançando para poente, transpondo a antiga Estrada das Maotas, assumiu as seguintes partilhas: a nordeste, a Avenida de El-Rei D. Manuel/Rua da Rádio, a sudoeste, a Avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela, a sudeste, o terreno de Gerard Pott¹⁵, a noroeste, a Avenida Aguiar/Samora Machel e a Rua do Jardim/Tenente Henriques de Sousa/do Hotel Clube (Fig. 7).



Figura 4. Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10.000”, Expedição Conselheiro Marianno de Carvalho, Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Desenhos, s.d. [1890]. Assinlo a parcela do jardim a cor-de-laranja.

A "Casa de Ferro", construção pré-fabricada de origem belga, foi transferida dos antigos Serviços Geográficos e Cadastrais para o quarteirão junto ao Jardim Tunduru, pela Comissão dos Monumentos Nacionais para servir à instalação do Museu Geográfico Gago Coutinho, em 1972. Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, Arquivo Museológico, Código Casa de Ferro 2, 14.4.1982, Pasta Maputo Cidade, ARPAC.

¹⁵ No terreno de Gerard Pott - último cônsul da República do Transval em Lourenço Marques -, com cerca de 17.000 m², foi edificada, em 1890, a sua residência, a Vila Joia. A Vila, foi adquirida pelo Governo da Província em 1914 e recebeu o Museu Provincial até este ser transferido, em 1933, para o Museu Álvaro de Castro (atual Museu de História Natural). A antiga Vila Joia, "Serviu de Tribunal da Relação durante o período colonial e passou a ser Tribunal Supremo de Moçambique a partir de 25 de Junho de 1975" (Lage e Carrilho, 2010: 41). Sobre este edifício ver Lima, 1966: 51 e Lage e Carrilho, 2010: 40-41.

Gerard Pott deixou duas obras de arquitetura marcantes na cidade, refiro-me à já nomeada Vila Joia, sita na Avenida Vladimir Lenine, e ao Prédio Avenida ou Prédio Pott, edificado entre 1903 e 1905 (devoluto), sito no cruzamento das Avenidas Samora Machel e 25 de Setembro, cf. Lage e Carrilho 2010: 46-47.



Figure 5. Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, fot. C.S. Fowler (Fowler 1887). Em pano de fundo, encontra-se a linha de defesa e a povoação, e mais próximo, a vedação do jardim com sebes e colunas de alvenaria (cf. Sousa, 1951: 60), o lago e um pequeno coreto, rodeados de pequenos canteiros de desenho irregular e pequenos eucaliptos.



Figura 6: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, fot. C. S. Fowler (Fowler 1887). Trata-se da parte plana e mais antiga do jardim, junto ao limite sudoeste da parcela. O arranjo paisagístico era marcado por um pedestal com o busto de Vasco da Gama (Pereira, 2013: 111).

Em 1887 existia já um viveiro em ótimas condições e uma pequena mata no Jardim (Longle, 1887:38), no entanto, e apesar dos reconhecidos esforços da Sociedade de Horticultura e Floricultura, os encargos com a manutenção do espaço tornaram-se

incomportáveis e o jardim iniciou a degradar-se. O lago passou a ser utilizado como tanque pelos nativos, o coreto para a banda da música não chegou a ser concluído, e a fonte pública¹⁶ secou completamente (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro* vol. 1, 2012:3). O jardim passou então para a gerência da Câmara Municipal, inaugurando-se como Jardim Público, em 1900.

3. A interpretação e a modificação da natureza como ato de cultura

[...] acclimatisation is less an unconscious adaptation of the physiology of the individual than an intelligent adaptation of his habits [...]. (Sir Patrick Manson apud Plano Geral de urbanização de Lourenço Marques, 1955 vol. II: 30).

Não cabe ao argumento aprofundar as consequências gravosas da plantação intensiva de eucaliptos na erosão dos solos da futura cidade, mas interessa levar em conta que, à época, esta era considerada uma medida com enormes vantagens na higienização do meio – devido às propriedades purificadoras atribuídas à baga do eucalipto e à enorme capacidade da planta em absorver a água dos solos -, e ser economicamente mais vantajosa que a construção e a manutenção, muito onerosa, de mecanismos para o escoamento de áreas extensas (Longle, 1887: 34 e 20), no caso, as terras baixas do Maé e da Machaquene.

As soluções urbanísticas materializadas no terreno representam o modo como aquela cultura específica percebeu, explicou e modificou o ambiente espacial e natural, de um espaço cultural e geográfico *outros* (ver King, 1976 97), com referente noutras manifestações da empresa imperial (cartografia, medicina, literatura, fotografia, artesanato, materiais de construção etc.). Pode-se afirmar que o sistema de conhecimentos que permitiu àquela cultura específica entender e explicar a relação do homem com a natureza também a levou a melhorar, em termos tecnológicos, essa relação. O conceito de tecnologia que utilizo é descrito por Anthony King e “includes any modification of the environment by means of built structures, the spatial arrangements between them, the clearing of vegetation or similar activity” (1976: 97).

No entendimento europeu do final do século XIX, as febres palustres que ameaçavam a fixação dos europeus no assentamento colonial de Lourenço Marques explicavam-se sobretudo, pela presença de terrenos infectos na povoação¹⁷ (Longle, 1887: 6). Os clínicos conheciam a importância de tratar previamente a água para consumo e as condições nefastas, para a higiene pública, em que se encontrava a cidade,¹⁸ mas avançavam outras explicações

¹⁶ A ‘Fonte do Jardim’, no interior do jardim da Sociedade, e a ‘Fonte Castilho’, na Avenida D. Carlos, junto ao cruzamento com a Avenida Aguiar, eram as únicas fontes da vila até à chegada da expedição Conselheiro Mariano de Carvalho a Lourenço Marques e forneciam diariamente 34 metros cúbicos de água (Soeiro, 1895: 6). Em 1891 estabeleceram-se as fontes da Abegoaria e do Quartel (Soeiro, 1895: 6).

Para a imagem da “Fonte do Jardim”, ver a coleção “África Oriental - Província de Moçambique. Colonias Portuguesas - Lourenço Marques. Commissionado do Governo Portuguez em Moçambique”, realizada pelo fotógrafo Manoel Romão Pereira, IICT/ AHU doc. 196-5087, consultada em 21.7.14, em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6375>.

¹⁷ Em meados de 1888, cerca de três quintos do Corpo Policial (151 elementos no total, dos quais 91 enfermos de paludismo), desembarcado em Lourenço Marques entre 17 de maio e 1 de junho de 1888, encontravam-se internados no Hospital Civil e Militar, cf. Pereira, 20.7.1888.

A sistematização do tratamento e profilaxia do paludismo pela quinina (e fervura e filtração da água para beber, de forma a evitar a febre biliosa hemoglobinúrica) nas ex-colónias portuguesas de África iniciou-se apenas na terceira década do século XX. Ver, Barradas, 1938:15.

¹⁸ Não havia sistema de esgotos na cidade e as águas perdidas corriam livremente à superfície do solo, cf. Soeiro (1895: 7). A população residente servia-se do sistema de fossas fixas ou móveis (esvaziadas periodicamente no mar, na Ponta Vermelha),

para o alastrar do paludismo, que se prendiam, sobretudo, com a manipulação do terreno - as escavações em curso, para a abertura das novas avenidas e a implantação de novos edifícios -, decorrente da implantação do 'Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques'.¹⁹ Pode-se afirmar que, a construção de infraestruturas adequadas ao estabelecimento e desenvolvimento da colónia europeia em Lourenço Marques, era, também, entendida contemporaneamente como a causa de efeitos nefastos para a sobrevivência dos colonos. O eficaz saneamento da cidade passava por resolver, o enxugamento dos terrenos alagados, o regular abastecimento de água potável e a instalação de uma rede de esgotos eficiente, operações que, por razões técnicas e económicas, foram sucessivamente proteladas até às primeiras décadas do século XX.

4. O jardim nas primeiras décadas do século XX

A definição de um desenho de conjunto para o jardim municipal, levada a cabo ao longo da primeira década do século XX, coube ao horticultor inglês Thomas Honney²⁰ (Sousa, 1946:37). Por essa altura, o governo provincial adquiriu a Vila Joia a Gerard Pott (em 1914), adaptando-a a Museu Provincial, e anexando sucessivamente as áreas de terreno afetas à Vila e a respectiva casa do caseiro ao Jardim Municipal (Fig. 7). Essas áreas, a norte e a sul da Vila, receberam um novo desenho paisagístico e dois novos atravessamentos sobre a Avenida Elias Garcia/Vladimir Lenine. A partilha sudeste do Jardim avançou então para a antiga Avenida Castilho/Elias Garcia, salvaguardando-se a parcela ocupada pela Vila Joia/Museu Provincial (sequente Tribunal Supremo) com acesso condicionado.

e a falta de latrinas públicas, para os que em grande número visitavam diariamente Lourenço Marques, gravavam a insalubridade dos terrenos próximos das residências e a contaminação do subsolo. Cf. Correspondência do Governador-geral, 3.8.1900 e Soeiro (1892, vol. 6: 4-5).

A população de Lourenço Marques, então de 2.285 indivíduos - estatística da cidade em 30 de junho de 1891, "feita pelo pessoal do corpo de polícia" (Soeiro, 1892, vol. 6: 3) - abastecia-se de água das chuvas, que recolhia em tanques de ferro e em cisternas, e das nascentes que brotavam na encosta em que assentava a zona alta da cidade, Soeiro, 1895: 6. Contava ainda com as fontes do Jardim, do Castilho, da Abegoaria e do Quartel, as duas últimas abertas em 1891. Cf. Soeiro (1892, vol. 6: 3).

¹⁹ "É pois compreensível que n'esta terra, paludoza por excellencia [...], exactamente na occasião em que por toda aparte se escavava o terreno para a formação das avenidas e ruas e fabricações das casas, [...] [os habitantes europeus fossem atacados pelo paludismo]", Pereira, 20.7.1888.

²⁰ Jardineiro chefe do Jardim Municipal entre maio de 1907 e fevereiro de 1920. Ver Sousa (1951: 74).

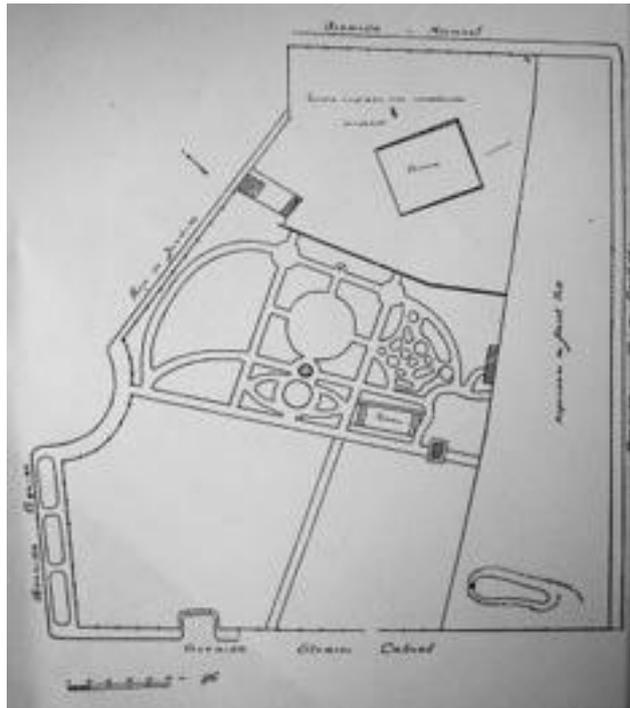


Figura 7. Desenho do Jardim Municipal, 1910 (Sousa, 1951). Por essa altura, o jardim assumia a sua conformação geométrica definitiva (com exceção da partilha sudeste). Junto à avenida de El-Rei D. Manuel/Rua da Rádio, a nordeste, situavam-se os campos de ténis. Junto à Avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela notava-se ainda o nicho com o antigo chafariz (demolido). A sudeste situava-se a propriedade de Gerard Pott (destacada a amarelo).

A parcela do jardim tomou então a configuração "de um pentágono irregular com superfície de 64 mil metros quadrados, aproximadamente" (Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro, vol. 1, 2012: 4), desenvolvendo-se em três plataformas, em cotas distintas, circundada por um muro e colunas de alvenaria, encimado por gradeamento de ferro, revestido por buganvílias. O jardim passou a dispor de cinco entradas, com elegantes portões trabalhados em ferro de fundição inglesa (da Felber Jucker & Co, Manchester): "a principal pela avenida Samora Machel [assinalada por um portal monumental neomanuelino], uma pela rua da Rádio, duas pela avenida Vladimir Lenine e uma pela avenida Zaquequias Manganhela" (*ibidem*: 4). Sobre a avenida Zaquequias Manganhela, sensivelmente a meio da frente de rua, encontra-se uma sexta entrada.

Para a plataforma intermédia do jardim, Thomas Honney definiu um desenho italianizante (Fig. 7), que se desenvolve segundo um eixo central de simetria pela praça do coreto. Esta plataforma, é limitada, a sudoeste, pela alameda pedonal que segue o acesso principal do jardim e a nordeste, na parte mais elevada do conjunto, por um muro de suporte, assinalado por uma pérgula coberta por buganvílias. O desenho da plataforma central, desenvolve-se em amplo contraste com o desenho orgânico de inspiração romântica inglesa, onde serpenteiam córregos de água e árvores frondosas, do jardim primitivo, circunscrito a uma faixa de terreno plana, confinante com a avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela. Nessa parte baixa, existem vários lagos: "o da pérgula, [...], e dois, circulares, de margem baixa" (Sousa, 1951: 62-63). A nascente, situa-se o lago maior, que "[...] está situado próximo da entrada da Avenida Elias Garcia [atual Vladimir Lenine]; tem a forma elíptica, fundo de areia e uma nascente" (*ibidem*: 62-63).

Na década de 1940, no limiar sul da plataforma central, foi construído um terraço de forma circular, que faz a transição para a parte baixa do jardim. No extremo norte desse terraço, tangente à alameda central, encontra-se uma fonte de fundição francesa, do final do século XIX, chamada “Templo das Quatro Deusas”, símil à que se encontra no extremo sul da praça do Rossio, em Lisboa.

A plataforma norte do complexo, de conformação mais recente, junto à Rua da Rádio, foi também objeto de um novo arranjo paisagístico na década de 1930, recebendo uma torre com um depósito de água de betão armado, uma zona de viveiros e um novo atravessamento para a Rua Elias Garcia (cf. "Arborização e Jardins", Notícias, 23.6.1930:1), pondo em comunicação as duas partes do Jardim (cf. "Jardim Municipal", Notícias, 17.7.1930: 5). As obras em curso no jardim (com conclusão prevista para novembro de 2014) dotaram essa zona de uma nova torre/depósito de água, situada a poucos metros da antiga, para servir o abastecimento da zona.

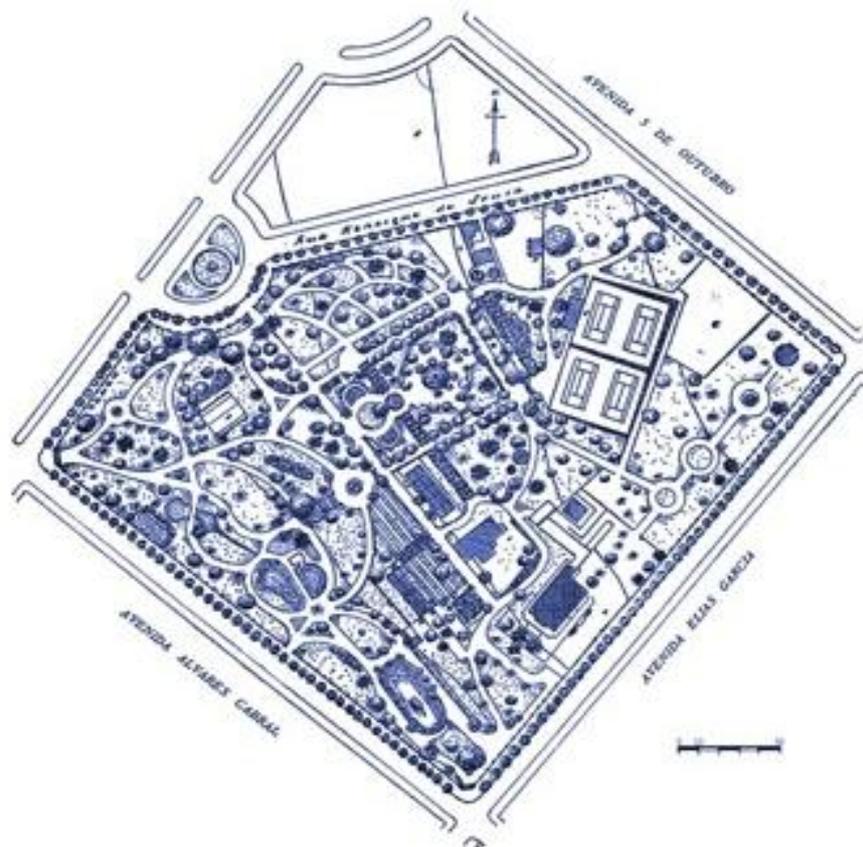


Figura 8. Planta do Jardim Vasco da Gama, 1946 (FAPF - CEDH). Assinalo as parcelas que não fazem parte do jardim: a Vila Joia/Tribunal Supremo (a laranja) e o antigo edifício da Assistência Pública, atual Secretaria da Rádio Moçambique (a amarelo).

No desenho podem identificar-se três plataformas, que correspondem a estruturas conceptuais e temporais distintas. A sudoeste, a conformação mais antiga do conjunto (1), com um desenho de inspiração inglesa, com percursos sinuosos, pequenos lagos encobertos pela vegetação, o todo pontuado por árvores de grande porte e córregos de água cristalina; e no centro (2), um desenho sucessivo, delineado por Thomas Honey.

A diferença de cota entre a parte superior do jardim, junto ao cruzamento da Rua da Rádio com a Avenida Vladimir Lenine, e a parte mais baixa, junto à Av. Zedequias Manganhela, é de cerca de 15 metros (Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro vol. 1, 2012:4).

O ‘Plano Araújo’ veio valorizar esta área periférica da povoação associada ao jardim, primeiramente pela abertura da grande alameda arborizada – a Avenida Aguiar/Samora Machel (Fig. 2) –, e de seguida pela Avenida Castilho, que por muito tempo marcou o limite leste da expansão da cidade (devido à presença da área non aedificandi em redor do paiol, sito na colina da Machaquene). Colocada no seguimento do eixo da Travessa da Fonte (ver Morais, 2001: 90 e 93) (com referente na antiga Fonte Castilho), a Avenida Aguiar foi a "primeira artéria de acesso da Cidade Baixa à colina do Maxaquene, quando pelo lugar onde hoje se encontra a Av. da República (então chamada Av. D. Carlos) [atual Av. 25 de Setembro] passava um largo braço do pântano e este se não encontrava ainda inteiramente aterrado" (Lima, 1968: s.p. [20]).

A abertura da Avenida Aguiar antecedeu a deslocação formal do centro administrativo e representativo da cidade, na década de 1940 – da baixa, para a Praça Mouzinho de Albuquerque/ da Independência²¹ –, onde, lado a lado, poderes político e religioso - Câmara Municipal (1947) e Catedral (inaugurada em 1944, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa) –, passaram a guardar, sobranceiros, o velho rossio, a antiga Praça da Picota/7 de Março/25 de Junho, e a entrada do Espírito Santo.²²

²¹ No centro da praça foi erigido o monumento a Mouzinho de Albuquerque: a primeira pedra foi colocada em 28 de dezembro de 1936, data que assinalava o “quadragésimo primeiro aniversário da prisão do régulo Gungunhana em Chaimite”, Moçambique, 1936, 8: 148. O monumento foi inaugurado em 29 de dezembro de 1940. Ver também, “Crónica do Trimestre, Glorificação de Mousinho de Albuquerque”, 1940: 93.

Segundo Gerbert Verheij, "Considering the official investment in this work, the place where it was installed and the political role it would fulfil, it is arguably the most important monument placed in the former colony of Mozambique" Verheij 2013.

²² A antiga Praça da Picota, aberta para o Espírito Santo até à chegada do caminho-de-ferro, era a entrada primitiva da povoação para quem chegava por mar. Ao longo do século XIX, a praça - um simples terreiro de areia coberta de mato -, recebeu o edificado mais representativo da povoação (repartições públicas, casa do governador do distrito, bancos e casas comerciais, etc.), e continuou efetivamente com esse protagonismo até às primeiras décadas do século XX.



Figura 9. Lourenço Marques, parte norte do Jardim Vasco da Gama com os campos de ténis (Silva 1956). Sobre o local onde se erigia a antiga igreja paroquial de N.ª S.ª da Conceição, demolida em 1936 (ver Corvaja, 2003: 68), construiu-se, na década de 1940, o edifício da Rádio Clube de Moçambique. Por essa altura, o topo do Jardim encontrava-se já com a sua conformação definitiva.

No conjunto paisagístico, podem observar-se vários elementos arquitectónicos e escultóricos dispersos,²³ com vários referentes e temporalidades que interessa averiguar, para além de um espólio ‘natural’ riquíssimo, com grande variedade de espécies que lhe atribuíram "um estatuto de “jardim botânico” com duas estufas, junto da pérgula mais baixa" (Morais, 2011:105). O enfoque neste pequeno repositório de desenho paisagístico e ambiente urbano permite ponderar a formalização do espaço político e social da cidade nas suas várias temporalidades:

- uma fonte de fundição francesa do final do século XIX – intitulada “Templo das quatro deusas”;
- um arco monumental em alvenaria em estilo neomanuelino, erigido em 1924, junto à entrada principal, que assinalou o IV centenário da morte de Vasco da Gama, passando o Jardim a chamar-se Vasco da Gama (com a independência de Moçambique, o jardim foi renomeado Tunduru)²⁴;
- uma estufa/laboratório de feição modernista (Figs. 10 e 11), em estrutura mista de ferro e betão (coberta com treliças de ferro e painéis translúcidos, de onde pendiam candeeiros de vidro). A estufa desenvolve-se em vários níveis e conta com um arranjo paisagístico sofisticado, onde se destacam, uma fonte com cascata, um espelho e percurso de água, vários percursos em calçada portuguesa e uma escultura em mármore de Leopoldo de Almeida (1971);

²³ “Cerca de um décimo da superfície do Jardim Vasco da Gama é ocupado por edificações: Vila Jóia, [...], as casas de habitação do chefe e do guarda do jardim, o Club de Ténis com dois campos de jogos, a casa onde está actualmente instalada a Assistência Pública, primitivamente escola primária, e um coreto.” Sousa, 1951: 63. De nomear, também, a estufa e antigo laboratório (Figs. 10 e 11), junto à Vila Joia.

²⁴ Tunduru era o nome de uma base da FRELIMO no sul da Tanzânia, no distrito de Tunduru, na região do Rovuma, junto à fronteira com Moçambique, onde se refugiavam as famílias e se educavam os filhos dos combatentes.

- dois campos de ténis (na parte norte do complexo, junto à entrada sobre a Rua da Rádio), com serviços de apoio;
- um coreto de desenho modernista, bem conservado;
- um parque infantil;
- vários percursos e zonas de estar marcados por calçada portuguesa;
- pérgulas com buganvílias;
- um belveder;
- um lago de grande proporção, onde existiram cisnes;
- inúmeras espécies botânicas autóctones e exóticas;

Do complexo do jardim fazem parte ainda, a antiga casa do jardineiro da Vila Joia (junto à estufa), uma construção (em reabilitação) ao longo da Rua do Hotel Clube e um depósito de água em betão armado, junto ao ângulo da Rua da Rádio com a Av. Vladimir Lenine, perto do qual foi edificado outro, nos últimos meses. O jardim contava também com um pequeno jardim zoológico, transferido para a saída da cidade para Marracuene, em 1937 (Sousa, 1945: 39).



Figura 10. Jardim Tunduru, interior da estufa, 2013, fot. candidata.



Figura 11. Jardim Tunduru, a estufa, obras de reabilitação em curso, 2014, fot. FAPF - CEDH.

A entrada principal do Jardim ficou assinalada, no remate da Av. Fernão de Magalhães, por uma placa semicircular ajardinada, que recebeu o ‘Padrão da Visita Presidencial’. O padrão, inaugurado em 20 de julho de 1939, da autoria de Silva Pinto (Esc.) e Able Pascoal (Arq.), assinalava, numa lápide, a visita de Óscar Carmona à então colónia de Moçambique. Construído em cimento armado revestido, imitando granito, “De dimensões irregulares, o padrão foi inspirado [...] nos padrões das Descobertas. Os Louros decorativos e o escudo das Armas Nacionais numa composição idealizada pelo autor do projecto, foram executados por Mestre Silva Pinto” (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, vol 1, 2012: 3).

Durante o Governo de Transição (1974-1975), Lourenço Marques assistiu à reformulação de grande parte das suas praças e edifícios públicos, com a remoção faseada dos símbolos mais evidentes do colonialismo, alheios aos referentes do novo Estado. Na entrada monumental do Jardim Vasco da Gama foram removidas as esferas armilares e as cruzes de Cristo do arco neomanuelino. O padrão comemorativo da visita presidencial foi demolido e no seu lugar, anos depois, erigiu-se simbolicamente um monumento ao primeiro presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel (inaugurada em 1989), sob projeto (arranjo do conjunto) de José Freire. A estátua foi executada por artistas norte-coreanos em Maputo e constitui uma versão menor (em escala) daquela produzida na Coreia e erigida posteriormente na placa central da vizinha Praça da Independência (em 2011), assinalando os 25 anos do desaparecimento de Samora Machel, precisamente, onde anteriormente se erguia o monumento a Mouzinho de Albuquerque.

Na partilha confinante com a Avenida de Pedro Alvares Cabral, o muro de vedação formava um nicho (que marcava o antigo atravessamento das Maotas, a partilha oeste primitiva do jardim) onde saía um curso de água, que deu origem a um chafariz para beberagem dos animais de carga (Sousa, 1951: 63). O chafariz foi demolido em 1948 e o espaço respetivo englobado no jardim (*ibidem*: 63). A presença dessa linha de água alimentava a flora ribeirinha primitiva da qual resta um sicómoro gigante (*Ficus Sycomorus L.*) junto à entrada axial sobre a antiga Avenida Alvares Cabral, referenciado como uma das árvores mais antigas do jardim (Sousa, 1951: 64-65). Atualmente, nessa zona, um córrego de água perdida mantém permanentemente alagado o passeio da Avenida Zedequias Manganhela

e arredores, possivelmente proveniente da mesma nascente que alimentou o fontenário desaparecido.

No último ano, por iniciativa do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, iniciaram-se obras para a reabilitação global do jardim, que ainda estão em curso, substituindo-se os percursos pavimentados (calcetados anteriormente em basalto e calcário) por blocos de cimento, os sistemas de adução e captação de água, e procedendo-se à substituição da cobertura (em treliças de aço e placas translúcidas) e revestimentos (em ripas de madeira) das estufas. O projeto prevê, de forma incompreensível, a construção, junto à Avenida Zedequias Manganhela, de um bloco de serviços de apoio ao jardim (restaurante/lojas), que criará uma nova frente edificada no complexo. Modificar-se-á definitivamente, a relação entre esta parte baixa primitiva do jardim e a rua, causando estranheza que se aumente a superfície impermeabilizada de um jardim histórico que constituiu um ambiente único, já cercado pela construção impressionante em curso, de alta densidade, da restante cidade de Maputo.

O jardim como documento, mas também como ambiente privilegiado da vivência da cidade, procurado pelas mais variadas camadas da população, não foi objecto de reconhecimento dos seus valores estético e artístico que privilegiasse a manutenção do equilíbrio do conjunto nos materiais de construção enriquecidos pela patina do seu percurso histórico, em harmonia com a composição botânica vetusta. Procedeu-se à substituição indiferenciada dos pavimentos, das vedações, dos revestimentos... homogeneizando-se tudo, quando essencialmente se deveria ter preservado as suas qualidades espaciais, estéticas e botânicas, impedindo-se, a todo o custo, nova edificação (e com que contrapartidas?) no interior do complexo.



Figura 12. Planta do Jardim Tunduru, 1998 (FAPF - CEDH).

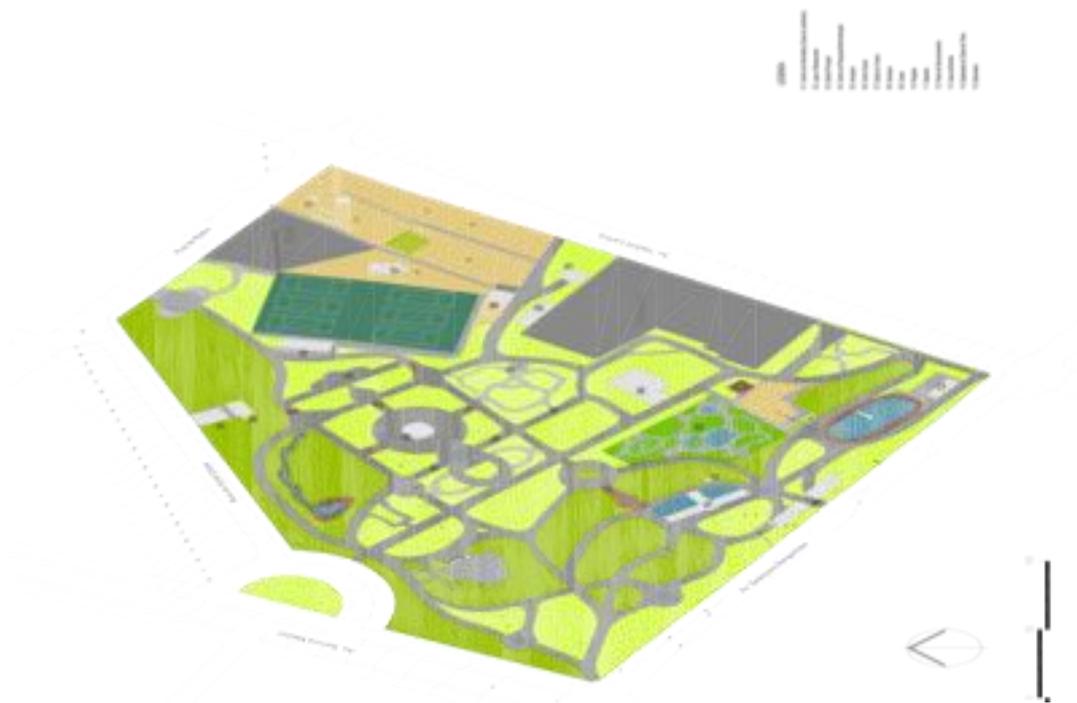


Figura 13. Planta de Implantação, Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro (2012), (FAPF - CEDH).

Referências bibliográficas

A concessão sommerchild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited, Pref. António Aires, 1953. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana, realizadas em Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1939 (1940), vol.1, Agência Geral das Colónias, 114 ss.

"Arborização e Jardins", Notícias (23.6.1930), 1.

Barradas, António (1938), "Aspectos científicos do Congresso Médico de Lourenço Marques", *Moçambique: Documentário Trimestral*, 16, 5–35.

Borges, Fernandes, Paulo (2011), "A súbita vocação “africanista” de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890", *Africana Studia*, 17, 88.

Correspondência do Governador Geral ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (3.8.1900), ofício n.º 327 da Secretaria Geral do Governo Geral da Província de Moçambique, Processo n.º 19/1900. AHU cota 3038_1A_SEMU_DGU_MÇ_1904-1908.

Corvaja, Luigi (2003), *Maputo: Desenho e Arquitectura*. Maputo: FAPF.

Costa, Mário Augusto da (1940), *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique.

"Crónica do Trimestre, Glorificação de Mousinho de Albuquerque" (1940), Moçambique: Documentário Trimestral, 24, 93.

Ennes, António (1945), *A Guerra de África em 1895 (Memórias)* [Pref. de Afonso Lopes Vieira; Estudo de Paiva Couceiro]. Lisboa: [s.n.], [2.ª ed.].

Feio, Manuel Moreira (25 de outubro de 1905), *O Popular*, cit. in Braga PAIXÃO, "Moeda e Alfândegas de Moçambique (A Missão de Mariano de Carvalho em 1890)", Separata do Boletim n.º 62 – *Serviço e Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino*. Lisboa, 1965, 4-5.

Fernandes, José Manuel (2005), *Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.

Fernandes, José Manuel (2010), "Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura", in José Mattoso (org.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 183-591.

Fowler, C. S. (1887), *Views of lourenço marques (delagoa bay) and transvaal railway: presented by colonel e. Mc murdo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Galvão, João Alexandre Lopes (1920), *Província de Moçambique: As Obras Públicas e o Fomento da Província em 1918/ Relatório da Inspeção das Obras Públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

"Jardim Municipal", Notícias (17.7.1930), 5.

King, Anthony (1976), *COLONIAL URBAN DEVELOPMENT: Culture, social power and environment*. Londres - Boston: Routledge & Kegan Paul Ltd.

Lage, Luís; Carrilho, Júlio (coord.) (2010), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF.

Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro. Boletim da República I Série - n.º 51-1988. Maputo.

Lima, Alfredo Pereira de (1966), *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria e Tipografia Académica.

Lima, Alfredo Pereira de (agosto de 1968), "Casas que fizeram Lourenço Marques", *Separata de STVDIA – Revista quadrimestral*, 24.

Longle, Armando (22 de julho de 1887), Carta dirigida ao Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Longle, Armando (1887), DO SANEAMENTO/ E/ ALARGAMENTO/ DA VILLA DE/ LOURENÇO MARQUES/ Pelo Conductor d'Obras Publicas da provincia de Moçambique/ ARMANDO LONGLE/ S. S. G. L. Lisboa: Typografia de A. da Costa Braga.

Machado, Joaquim José (1881), *Relatório das obras públicas e outros documentos*, 1.º vol., II Série. Lisboa: Imprensa Nacional.

Moçambique: Documentário Trimestral (1936), 8, 148.

Moçambique: Documentário Trimestral (1937), 12, 139.

Morais, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

Morais, João Sousa *et al.* (2011), *Maputo - património arquitectónico*. Lisboa: Caleidoscópio.

Ofício n.º 217 da Direção Geral de Agricultura (3.11.1886), (dirigido ao Diretor Geral, Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva). AHU, Moçambique Cx. 1389/1L.

Ofício n.º 520 das Obras Públicas de Lourenço Marques (3.10.1888), Officios dando conta das obras em construcção, 1888, Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Owen, Capitain William Fitz William (1833), NARRATIVE OF VOYAGES/ To explore the shores of/ AFRICA, ARABIA,/ and/ MADAGASCAR; / performed in H.M. Ships Leven and Barracouta,/ under the direction of/ CAPTAIN W. F. W. OWEN, R. N./ By command of the Lords Commisioners of the Admiralty, vol. I. Londres: Richard Bentley, New Burlington Street.

Paixão, Braga (1965), "Moeda e Alfândegas de Moçambique (A Missão de Mariano de Carvalho em 1890)", *Separata do Boletim n.º 62 – Serviço e Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino*, 4-5.

Parecer do Ministério do Ultramar (face à exposição de Armando Longle) (28.7.1887), 3.ª Rep., pasta 27/87. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Pereira, António Aluisio Jervis (Facultativo do quadro da província de Moçambique) (20.7.1888), "Relatório sobre as condições higiénicas do aquartelamento provisório de praças do Corpo Policial da cidade de Lourenço Marques", *in* Ofício n.º 520, 3-10-1888, 1.ª e 3.ª Rep, *in* Officios dando conta das obras em construcção (1888). Lourenço Marques: Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques. AHU, Moçambique Cx. 1389/1L.

Pereira, Luísa Villarinho (2013), MOÇAMBIQUE: Manoel Pereira (1815-1894), Fotógrafo comissionado pelo Governo Português. Lisboa: Ed. de Autor.

Plano Geral de urbanização de Lourenço Marques (1955), vol. II, 30.

Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da baixa da cidade de Maputo (2014). Maputo: Conselho Municipal da Cidade de Maputo (Cardno-DCU-CEDH).

Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro (2012), *Peças Escritas*, vol. 1. Maputo: Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

Said, Edward W. (1994), *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage Books.

Silva, Carlos Alberto Vieira da (ed.) (1956), *The city of Lourenço Marques Guide*. Lourenço Marques: [s.n.].

Soeiro, António Cerdeira d'Almeida (1892), *Expedição Conselheiro Mariano de Carvalho Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Peças Escritas*, vol. 6: 4-5. AHU cota 3038_1A_SEMU_DGU_MÇ_1904-1908.

Soeiro, António Cerdeira de Almeida (1895), *Estudo do saneamento da cidade de Lourenço Marques*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sousa, António de Figueiredo Gomes e (1945), "Jardins de Moçambique", *Moçambique: Documentário Trimestral*, 44, 13–45.

Sousa, António de Figueiredo Gomes e (1951), "O JARDIM MUNICIPAL VASCO DA GAMA/ DE/ LOURENÇO MARQUES/ NOTÍCIA COMEMORATIVA DO SEU CINQUENTENÁRIO", *Bol. da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 68, 59–74.

Verheij, Gerbert (2011), Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Verheij, Gerbert (2013), "Art and politics in the former "Portuguese Colonial Empire". The monument to Mouzinho de Albuquerque in Lourenço Marques", *RIHA Journal - Journal of the International Association of Research Institutes in the History of Art*, 65. Versão electrónica, consultada a 7.2.14, em <http://www.riha-journal.org/articles/2013/2013-jan-mar/verheij-mouzinho-monument-marques>.

Viana, David (2008), MAPUTO: TRANSFORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA URBANA DE ORIGEM PORTUGUESA: UM CONTRIBUTO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, [repositório da Biblioteca Nacional de Portugal], tese de doutoramento em Urbanismo/ Ordenamento do Território, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Instituto Universitario de Urbanística, Universidade de Valladolid.

Abreviaturas

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique (Maputo)

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

ARPAC - Arquivo do Património Cultural/ Instituto de Investigação Sociocultural (Maputo)

CEDH - Centro de Estudos de Desenvolvimento de Habitat (Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo)

FAPF - Faculdade de Arquitetura de Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

IICT - Instituto de Investigação Científica e Tropical (Lisboa)

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto-Debates está orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

• U



C •

